



Fim da prescrição para crime de estupro é aprovado em 1º turno

Proposta, que também torna o crime inafiançável, ainda terá que passar por uma segunda votação no Plenário antes de ser enviada à Câmara dos Deputados

O Senado aprovou ontem, em primeiro turno, uma proposta de emenda à Constituição que torna o estupro crime inafiançável e imprescritível — ou seja, poderá ser punido mesmo depois de muitos anos. Hoje o prazo de prescrição é de até 20 anos.

O autor da proposta, Jorge Viana, argumenta que o estupro é uma violência tão brutal que muitas vezes a vítima demora a ter coragem de denunciar. Para o senador, a aprovação da PEC é um sinal importante à sociedade e mostra que

o Senado “não está indiferente ao crime de estupro”. O texto teve o apoio da relatora, Simone Tebet. Ela disse que é compreensível a angústia e a indecisão das vítimas e que frequentemente a violência não é notificada, pelo receio da mulher de sofrer preconceito e ser revitimizada.

A proposta foi elogiada em Plenário pelos senadores, que ressaltaram a importância de endurecer a punição para esse tipo de crime. O texto ainda precisará ser votado em segundo turno antes de ir para a Câmara dos Deputados. **3**



A relatora da proposta, Simone Tebet, e o autor, Jorge Viana, defendem o projeto em Plenário durante a sessão de votação

Jonas Pereira/Agência Senado

REFORMAS

TRABALHISTA



Presidente do Senado, Eunício Oliveira (C) se reúne com líderes

Sessões temáticas debaterão proposta amanhã e terça-feira

O Senado decidiu debater a reforma trabalhista em Plenário, antes mesmo de ser analisada nas comissões. Duas sessões temáticas estão agendadas para amanhã e terça. Hoje haverá audiência pública. Líder do governo, Romero Jucá diz que, apesar de urgente, a proposta será votada quando estiver madura. **3**

PREVIDENCIÁRIA



Diretor-executivo da IFI, Felipe Salto (C) apresenta avaliação

Para Instituição Fiscal, teto de gastos depende das mudanças

Relatório da Instituição Fiscal Independente, divulgado ontem, sustenta que, sem a reforma da Previdência, o governo não conseguirá cumprir o teto de gastos determinado pela Emenda Constitucional 95. E que o ponto essencial da reforma a ser preservado é a fixação de idade mínima. **7**

TRIBUTÁRIA



Tasso Jereissati (C) conduz debate sobre sistema tributário

Sistema de tributos do país inibe crescimento, dizem especialistas

Em audiência, o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, afirmou que o governo precisa fazer uma reforma tributária que acabe com as assimetrias e com a fragmentação do sistema. O economista José Roberto Afonso disse que o atual sistema de impostos, de 1965, já está ultrapassado. **5**

Fotos: Jonas Pereira, Edilson Rodrigues e Marcos Oliveira/Agência Senado

Foro privilegiado recebe emenda e discussão é adiada **8**

Senado se ilumina de roxo em campanha contra lúpus **2**

Colegiado acata ampliação de lei que incentiva esporte **4**

Audiência aponta impacto positivo do Simples Nacional

O sistema de tributação do Simples Nacional ainda pode ser aperfeiçoado, mas já impacta positivamente a arrecadação, gera empregos e melhora a competitividade do comércio, na avaliação dos participantes de audiência na Comissão de Assuntos Econômicos. **6**

Acordo entre Brasil e Chile será promulgado **3**

MP da Zona Franca de Manaus passa em comissão mista **8**

Sabatina para o Cade será na próxima semana **5**

Campanha defende adesão a protocolo contra escravidão

Uma campanha para que o Brasil ratifique a atualização da Convenção 29 da Organização Internacional do Trabalho, contra o trabalho forçado, foi lançada na Comissão de Direitos Humanos. O protocolo inclui metas como o combate ao tráfico de pessoas. **8**

Simples Municipal deve ser votado hoje no Plenário **8**

Despejo de chorume no meio ambiente pode virar crime **4**

Lei regula infiltração de policiais na web contra pedofilia **2**

Cúpula do Senado ganha cor roxa contra o lúpus

Iluminação especial chama a atenção para o Dia Mundial do Lúpus, celebrado hoje, e para campanha de conscientização sobre essa doença inflamatória crônica, que atinge cerca de 65 mil pessoas no Brasil

A CÚPULA DO Senado foi iluminada na segunda-feira com a cor roxa em apoio à campanha de conscientização na luta contra o lúpus e em homenagem ao Dia Mundial do Lúpus, celebrado hoje. A iluminação especial será exibida até a noite de sexta-feira.

A ação institucional foi uma solicitação de Lídice da Mata (PSB-BA). A senadora ressaltou a necessidade de alertar as pessoas e conscientizar a sociedade sobre o lúpus e outras doenças graves e raras. Segundo Lídice, além da saúde debilitada, doentes e suas famílias têm de conviver com altos custos de tratamento e dificuldades na obtenção de remédios gratuitos.

O lúpus é uma doença inflamatória crônica de origem autoimune, cujos sintomas podem surgir em diversos órgãos de forma lenta e progressiva.

São conhecidos dois tipos principais de lúpus: o cutâneo, que se manifesta com manchas na pele, e o sistêmico, em que um ou mais órgãos internos são atingidos.

A doença, segundo a Sociedade Brasileira de Reumatologia, pode ocorrer em pessoas de qualquer idade, raça e sexo, mas é mais frequente nas mulheres, principalmente



Iluminação especial será exibida até sexta no Senado, que aderiu à campanha

aquelas entre 20 e 45 anos.

Não há números exatos sobre a incidência do lúpus no Brasil, mas as estimativas indicam que existem cerca de 65 mil pessoas com a doença. A Sociedade Brasileira de Reumatologia avalia que uma em cada 1,7 mil mulheres no Brasil tenha a doença.

Projetos

O lúpus é tema de diversos projetos em análise ou que já tramitaram no Senado. Um deles é PLS 322/2015, do senador Romário (PSB-RJ), que estabelece uma política nacional de conscientização e orientação sobre o lúpus. Relatada pela senadora Ângela Portela (PDT-RR), a proposta

está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Duas propostas já foram aprovadas pelos senadores e estão em análise na Câmara dos Deputados. A primeira delas é o PLS 603/2011, do senador Vicentinho Alves (PR-TO), que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos do Doente de Lúpus. O projeto foi aprovado pelo Senado e já foi enviado à Câmara.

Outro projeto já aprovado é o PLS 293/2009, do senador Paulo Paim (PT-RS), que inclui o lúpus e a epilepsia entre as doenças cujos portadores são dispensados de cumprir prazo de carência para ter direito ao auxílio-doença e à aposentadoria por invalidez.

Lei Orçamentária Anual para 2018 já tem relator em comissão

O deputado Cacá Leão (PP-BA) será o relator-geral da Lei Orçamentária Anual (LOA) do próximo ano. Ele foi designado ontem pelo presidente em exercício da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). O projeto da LOA chegará ao Congresso Nacional em agosto.

Valadares vem presidindo a comissão por ser o integrante mais velho e com maior número de mandatos entre os senadores, já que o colegiado

ainda não elegeu o presidente e os três vice-presidentes que coordenarão os trabalhos neste ano. A comissão deve voltar a se reunir hoje para definir os nomes.

Cacá Leão está no primeiro mandato de deputado federal. O parlamentar tem 37 anos e integra pela primeira vez a CMO. Ainda não há definição sobre o deputado que relatará o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2018, que já tramita na comissão.

Da Agência Câmara



Novo relator, Leão (E) fala com Valadares (2° à esq.), presidente da comissão

Alô Senado 0800 612211

Lei prevê infiltração de policial na internet para investigar pedofilia

A Presidência da República sancionou a Lei 13.441, que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para prever a infiltração de agentes de polícia na internet com o intuito de investigar crimes de pedofilia. A lei resulta do PLS 100/2010, aprovado pelo Senado em abril.

Pelo texto, publicado no *Diário Oficial da União* (DOU) de ontem, a infiltração observará vários procedimentos. Entre eles, deverá ser precedida de autorização judicial, que estabelecerá os limites da ação, e ocorrerá mediante

requerimento do Ministério Público ou de delegado de polícia. As informações coletadas deverão ser enviadas diretamente ao juiz responsável, que zelará pelo sigilo.

Também foi publicada a Lei 13.440, que trata da punição de quem submeter menores de idade à prostituição ou à exploração sexual. O texto é resultado do SCD 11/2015, aprovado no Senado também em abril. O acusado está sujeito a pena de quatro a dez anos de prisão, multa e perda de bens usados na prática criminosa.

Dia Nacional do Teatro Acessível será celebrado em 19 de setembro

O *Diário Oficial da União* de ontem traz a sanção presidencial da Lei 13.442, que torna 19 de setembro o Dia Nacional do Teatro Acessível: Arte, Prazer e Direitos.

A lei é originada do Projeto de Lei da Câmara (PLC)

124/2014, aprovado pelo Senado em abril.

O objetivo da data é ajudar a divulgar a cultura por meio de atividades cênicas com práticas de acessibilidade física e comunicativa para pessoas com deficiência.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos proferidos por senadores no Plenário após as 19h50 serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



CCT Concessões de radiodifusão

8h30 O PLS 56/2015, que facilita processo de autorização ou renovação de serviços de radiodifusão, é um dos 21 itens da pauta.

CDR Rio São Francisco

8h30 A comissão define o calendário do grupo de trabalho sobre o Rio São Francisco e analisa projetos como o PLC 147/2015, que institui o Mapa do Turismo.

CAS/CAE Reforma trabalhista

9h Reunião com o presidente do TST, Ives Gandra Martins Filho, sobre a reforma trabalhista. Depois, audiência discute contra-tipo de trabalho na proposta de reforma.

CAS Diretoria da ANS

9h Após a audiência conjunta com a CAE, leitura de relatório da indicação de Simone Sanches Freire para diretora da ANS.

CTFC Movimentações financeiras

9h Audiência debate o modelo de fiscalização de movimentações financeiras no Brasil. Depois, votação de projetos.

CCJ Conselho do Ministério Público

10h Sabatina de indicados ao Conselho Nacional do Ministério Público. Em seguida, votação de projetos.

CDH Desmatamento zero

14h Audiência interativa para debater a importância do desmatamento zero para o Brasil e caminhos para que seja atingido.

CRA Defesa agropecuária

14h O PLS 379/2016, que disciplina o repasse de recursos federais para apoio às ações de defesa agropecuária, é tema de audiência.

MP 760/2016 PM e bombeiros

14h Análise de relatório sobre a medida provisória, que trata da progressão na carreira da PM e bombeiros do Distrito Federal.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Votação de propostas como a PEC 77/2015, que prevê prestação de contas simplificadas para municípios pequenos.

CMO Eleição de presidente

14h30 Eleição de presidente e vice-presidente da comissão mista.

MP 755/2016 Fundo Penitenciário

14h30 Votação de relatório sobre a medida, que trata de transferência de recursos do Fundo Penitenciário Nacional.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Eleição

15h30 Instalação e eleição de presidente e vice-presidente da comissão.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>

• Alô Senado: 0800 612211

• Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/cidadania

• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)

• TV: senado.leg.br/TV

Estupro poderá se tornar crime imprescritível

Senado aprovou em 1º turno proposta que garante punição ao crime mesmo depois de muitos anos. O texto, que será votado em 2º turno, também diz que crime é inafiançável

O CRIME DE estupro pode se tornar imprescritível. É o que determina proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada ontem, em primeiro turno, pelo Senado. A PEC 64/2016 faz o estupro figurar, ao lado do racismo, como crime “inafiançável e imprescritível”. Isso significa que o crime poderá ser punido mesmo depois de muitos anos. A proposta ainda precisará ser votada em segundo turno antes de ir para a Câmara dos Deputados.

Hoje o tempo de prescrição varia de acordo com o tempo da pena, que é diferente em cada caso. No caso do estupro, o tempo de prescrição pode se estender até 20 anos. Para estupro de vulnerável, a contagem só começa após a vítima fazer 18 anos.

O autor do projeto, Jorge Viana (PT-AC), lembrou que, de acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a cada 11 minutos ocorre um estupro no Brasil.



Texto foi elogiado em Plenário por senadores, que lembraram que vítima pode levar anos até ter coragem de denunciar

Além disso, afirmou, o crime é tão brutal que muitas vezes a vítima demora a ter coragem para denunciar. Para o senador, aprovar a PEC é um sinal importante para a sociedade:

— Tomamos hoje uma atitude que faz com que nós, senadores e senadoras, possamos dizer que o Senado não está indiferente ao crime do estupro.

A relatora, Simone Tebet (PMDB-MS), votou pela aprovação do texto. Ela disse que é compreensível a angústia e indecisão das vítimas, muitas delas agredidas em casa, o que faz com que o crime muitas vezes nem seja notificado:

— A razão da subnotificação é o medo, o receio da mulher de ser revitimizada, o medo do

preconceito, de ser covardemente responsabilizada pelo crime de estupro. Por tudo isso, a coragem da mulher para denunciar pode levar anos.

Marcas eternas

Marta Suplicy (PMDB-SP) elogiou a PEC e o trabalho da relatora. Lídice da Mata (PSB-BA) e Randolfe Rodrigues

(Rede-AP) ressaltaram que esse tipo de crime deixa marcas eternas na alma da vítima. Lídice lembrou que muitos dos que foram vítimas na infância só falam sobre o ocorrido depois de adultos.

Renan Calheiros (PMDB-AL) e Magno Malta (PR-ES) também elogiaram a PEC 64/2016. Para eles, a proposta enriquece a pauta do Senado e entra para a história. Malta, que foi presidente da CPI da Pedofilia, afirmou que Viana entrega à Justiça um instrumento poderoso contra os que cometem esse tipo de crime.

Para João Capiberibe (PSB-AP), a mudança é um sinal para os potenciais estupradores de que o julgamento será mais duro. O senador defendeu a inclusão, na escola, de conteúdos sobre o respeito às diferenças entre homens e mulheres.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, também elogiou a proposta de Viana e apoiou a aprovação da proposta.

Aprovado acordo de investimentos entre Brasil e Chile

O Plenário aprovou ontem o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 36/2017, que ratifica o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) entre Brasil e Chile, assinado em Santiago, em 23 de novembro de 2015. O texto irá à promulgação.

O relatório de Pedro Chaves (PSC-MS), na Comissão de Relações Exteriores (CRE), destacou que Brasil e Chile mantêm relações econômico-comerciais em patamares privilegiados (quase US\$ 7 bilhões em 2016) e que a ratificação do acordo melhora o ambiente de confiança e de estímulo aos investidores interessados.

Será criado comitê conjunto para a gestão do acordo, com representantes dos governos de cada um dos dois países. Haverá pelo menos uma reunião anual, com presidências alternadas a cada uma delas. Um dos objetivos é reforçar o diálogo e evitar controvérsias que exijam procedimento arbitral.

O ACFI segue a nova fórmula encontrada pelo Brasil como opção aos tradicionais acordos bilaterais dos anos 80, com fragilidades e limitações, como favorecer o investidor estrangeiro em relação ao nacional. O acordo estimula o compromisso com a responsabilidade social e a sustentabilidade no território do outro país.

Senado debaterá reforma trabalhista em duas sessões temáticas

O Senado vai fazer duas sessões temáticas para discutir a proposta de reforma trabalhista (PLC 38/2017), anunciou ontem o presidente da Casa, Eunício Oliveira.

As sessões foram marcadas para amanhã e terça-feira e seis convidados participarão de cada uma delas. Hoje a proposta será debatida em audiência conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS).

Eunício disse que o projeto será incluído na pauta do Plenário assim que estiver pronto para ser votado, mas não quis estabelecer prazo.

O senador lembrou que a reforma vai ser analisada em três comissões: a de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a CAE e a CAS. Ele se comprometeu a não pautar nenhum pedido de urgência para o projeto até que o trabalho nas comissões se esgote.

— São os prazos naturais das comissões: de debate, de apresentação de relatório, de pedido de vista — vai ser natural que tenha pedido de vista — e de votação. Votado nas comissões temáticas, eu trarei de imediato para ser votado no Plenário do Senado.

Alterações

Segundo Eunício, o presidente da República, Michel Temer, que se encontrou ontem com senadores do PMDB, compreende que o Senado poderá fazer mudanças no texto enviado pelos deputa-

dos. Porém, disse o senador, Temer está disposto a editar uma medida provisória para contemplar outros pontos de consenso entre os parlamentares para evitar o retorno da proposta à Câmara.

— Se houver conveniência, tanto dos senadores como da parte do presidente da República, ele se comprometeu a não criar dificuldade. Se fosse o caso, faria inclusive uma medida provisória, se houvesse uma negociação de líderes,

para contemplar aquilo que fosse consenso aqui para que a matéria não volte à Câmara. Mas, se tiver que voltar à Câmara, ele compreende. Foi presidente de uma das Casas e compreende que nós vivemos numa democracia e no sistema bicameral. Portanto, cabe ao Senado, se quiser e achar conveniente, fazer as mudanças que entender e devolver para a Câmara.

Com Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Proposta será votada quando estiver “madura”, afirma Jucá

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que o projeto da reforma trabalhista será amplamente discutido com centrais sindicais e será votado quando estiver “maduro”. Ele afirmou que a reforma precisa ser efetivada, mas não quis fazer previsão de quando isso aconteceria.

— A expectativa é aprovar o mais rápido possível, explicando e mostrando o avanço que é essa reforma. Falar em prazo seria prematuro, não vimos ainda o ritmo do debate. A medida é urgente, mas deve ser votada quando estiver madura.

Já o vice-presidente do Senado, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), projeta prazo de 30 dias a dois meses para que a análise se complete na Casa. Porém, ele também disse que será garantida uma mesa de negociação.

— [Haverá] debate maduro,

profundo sobre o tema, mas que também não representa um adiamento sem conclusão. O Senado tem a responsabilidade de compreender a importância da matéria e debatê-la de forma adequada, sem que o debate seja usado como pretexto de procrastinação — afirmou.

Sindicatos

Jucá disse que o governo tem ferramentas para cumprir os pontos negociados com as entidades sindicais sem precisar remeter o projeto a nova rodada na Câmara, caso os senadores alterem o texto.

— O Senado não vai abrir mão de debater a matéria, mas existem vários caminhos que podem melhorar o texto sem ele ter que voltar à Câmara. Dependendo do tipo de proposta, pode ser discutida numa emenda, numa outra redação, num veto ou numa medida provisória. Vai

Calendário

Veja a audiência e as sessões temáticas marcadas para discutir a reforma trabalhista

	Audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 9h
Hoje	Sessão temática, em Plenário, às 9h30
Amanhã	Sessão temática, em Plenário, às 11h
Terça	

depende do debate técnico.

Cássio elogiou o atual estado do projeto e disse não ver a necessidade de alterações.

Ontem representantes de centrais sindicais se reuniram com Jucá para definir o caminho das negociações no Senado. O presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (SD-SP), disse que acredita em mudanças no texto, que, na opinião dele, são imprescindíveis.

Uma equipe técnica foi reunida por Jucá para receber as reivindicações dos líderes sindicais. Eles terão outra reunião hoje.

Segundo Paulo Pereira da Silva, Jucá garantiu espaço para que todos os pontos da reforma sejam negociados.

— A reforma tem uma série de pontos que desorganizam e destroem a estrutura sindical e tiram direitos dos trabalhadores — alertou o deputado.

Avança texto que prorroga e aumenta incentivo a esporte

Projeto aprovado em comissão estende até 2025 a Lei de Incentivo ao Esporte e eleva de 1% para 4% o limite de dedução no Imposto de Renda para empresas que patrocinem programas e ações no setor

A COMISSÃO DE Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou ontem um projeto que estende até 2025 o prazo de validade da Lei de Incentivo ao Esporte. O PLS 278/2015, de Romário (PSB-RJ), também aumenta a dedução do Imposto de Renda de 1% para 4% para as empresas que patrocinem projetos aprovados pelo Ministério do Esporte. O texto segue para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Pela legislação, a lei de incentivo segue até 2022 e as empresas podem deduzir no máximo 1% do IRPF em patrocínios a projetos ou equipes olímpicas e paraolímpicas. O relator, Paulo Paim (PT-RS), concordou com Romário e observou que entre 2007 e 2015 apenas um terço do que foi aprovado pelo Ministério do Esporte pôde de fato ser destinado ao patrocínio de projetos e ações sociais, devido ao limite de dedução de 1%.

— Desde 2007, quando entrou em vigor, até 2015, mais de 3 mil projetos foram beneficiados, recebendo um total de R\$ 1,3 bilhão. Só que esse valor representa pouco mais de um terço do total aprovado, que foi de R\$ 3,6 bilhões. Acreditamos que, com o aumento desse limite, mais recursos serão destinados ao desporto nacional — disse Paim.

Romário e Paim também



Genaldino Magela/Agência Senado

Para Paim, aumento do limite de dedução propiciará mais recursos ao esporte

lembram que quando a Lei de Incentivo ao Esporte foi aprovada pelo Congresso, em 2006, o limite de dedução previsto para as empresas era de 4%, mas foi alterado pelo então presidente Lula por medida provisória para 1%.

O texto aprovado na CE também passa a exigir das entidades beneficiadas o cumprimento das regras de probidade e boa gestão previstas na Lei Pelé (Lei 9.615/1998), que são as mesmas de observância obrigatória por parte de toda entidade que receba recursos do governo federal.

Merenda escolar

A presidente da comissão, Lúcia Vânia (PSB-GO), confirmou para terça-feira a presença do ministro da Educação, Mendonça Filho. Ele participará do lançamento,

às 10h, de um estudo, fruto de parceria da CE com o Tribunal de Contas da União (TCU), sobre o impacto da merenda escolar nos estados. Em seguida, o ministro participará de audiência pública para apresentar aos senadores as diretrizes da pasta até o fim de 2018.

Fátima Bezerra (PT-RN) leu uma nota oficial da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino em repúdio à exclusão, pelo ministério, da entidade e de outras organizações ligadas aos professores do Fórum Nacional de Educação (FNE).

Segundo a senadora, outro problema é o fato de indicações de entidades independentes terem que ser agora aprovadas pelo Ministério da Educação, o que considerou “inaceitável”.

Comissão aprova projeto que criminaliza despejo de chorume

O derramamento de chorume (líquido liberado pelo apodrecimento do lixo) no solo ou em rios e mares pode se tornar crime ambiental. Passo nessa direção foi dado ontem pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), ao aprovar projeto de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

O PLS 54/2016 enquadra essa prática na Lei de Crimes Ambientais (Lei 9.605/1998). Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a poluição causada por um litro de chorume equivale a de cem litros de esgoto doméstico. O resíduo impede o

desenvolvimento da flora e da fauna do local onde é despejado.

Mudança

O projeto original criminaliza o derramamento de chorume apenas pelos caminhões de lixo. No entanto, emenda apresentada pelo relator ad hoc, senador Cristovam Buarque (PPS-DF), responsabiliza qualquer transportador de lixo, inclusive o de resíduos industriais, que contamine o solo ou os recursos hídricos com o líquido tóxico.

A proposta será examinada, agora, pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Votação de moratória em construção de usinas nucleares tem novo adiamento

Outro projeto de lei discutido pelos senadores da CMA ontem foi o que suspende por 30 anos a construção de novas usinas termonucleares. O PLS 405/2011, de Cristovam Buarque, recebeu parecer contrário do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO).

A votação foi adiada. O motivo dessa vez foi a aprovação de requerimento de informações ao Tribunal de Contas da União (TCU). Cristovam quer saber, diante do caso de corrupção conhecido em Angra 3, se há ou não falhas no projeto e na execução da usina nuclear, localizada

no Rio de Janeiro, se há ou não risco de impacto ou danos ambientais em sua operação e risco de ocorrer acidentes que prejudiquem a população.

Por sugestão do vice-presidente da CMA, Wellington Fagundes (PR-MT), Cristovam apresentará ainda outro requerimento, solicitando uma visita de membros da comissão e técnicos do TCU a Angra 3. O PLS 405/2011 será votado ainda pelas Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e, em decisão final, pela de Serviços de Infraestrutura (CI).

Waldemir Barreto/Agência Senado



Migração de venezuelanos preocupa Ângela Portela

Ângela Portela (PDT-RR) alertou ontem para o aumento da migração de venezuelanos para o Brasil, em especial para Roraima.

Segundo ela, nos últimos quatro meses, foram 8.231 pedidos de refúgio.

— Quero aqui reforçar que não foram poucas as vezes em que o governo do estado pediu socorro. O ministro da Saúde esteve lá em Roraima, visitou o hospital Délio Tupinambá, mas lamentavelmente, nada de concreto aconteceu.

Jorge Viana se queixa da má conservação de rodovias no Acre

Jorge Viana (PT-AC) cobrou do Ministério dos Transportes maior celeridade na recuperação e manutenção de trechos da BR-317 e da BR-364, rodovias que cortam o Acre, afetadas pelas condições do solo e pelo volume de chuvas.

— Não é possível que a população siga pagando a conta pelos descasos, especialmente do governo federal, por não pôr as empresas contratadas para manutenção das duas BRs trabalhando como deveriam.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Telmário defende que recuperação de estrada vá até Roraima

A ampliação da estrada que liga o Brasil à Guiana deveria incluir os 70 quilômetros que chegam a Normandia (RR), afirmou Telmário Mota (PTB-RR). O senador criticou o Dnit por não incluir na recuperação da rodovia o trecho que passa pelo município roraimense.

Telmário também comentou que grande número de venezuelanos têm chegado ao seu estado, fugindo do “caos político e econômico” e pedindo asilo.

Reguffe quer isenção de impostos para medicamentos

Reguffe (sem partido-DF) defendeu ontem sua proposta de emenda à Constituição (PEC 2/2015) que proíbe cobrar impostos sobre remédios, que poderá ser votada na próxima semana pela Comissão de Constituição e Justiça.

— O correto seria distribuir remédios gratuitamente para toda a população, mas na impossibilidade financeira de fazer isso, o mínimo que o Estado devia fazer é não tributar medicamentos.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Gurgacz pede redução de juros e critica medida sobre o BNDES

A redução das taxas de juros é indispensável para retomar o desenvolvimento do país, segundo Acir Gurgacz (PDT-RO).

Para o senador, a medida provisória que muda o cálculo das taxas de juros no BNDES (MP 777/2017) tornará os empréstimos ainda mais caros para o setor produtivo.

— A MP beneficia os especuladores e submete o BNDES à política econômica, reduzindo a capacidade do banco de gerar desenvolvimento e empregos.

José Medeiros cobra duplicação de duas BRs em Mato Grosso

As dificuldades enfrentadas para o escoamento da produção em Mato Grosso fazem com que alguns produtos cheguem a custar o dobro do preço dos concorrentes, disse José Medeiros (PSD-MT).

O senador afirmou que há cidades que ficam a 1,4 mil quilômetros da capital, Cuiabá, e o estado depende das BRs 163 e 364, que se sobrepõem em parte do trajeto. Ele disse que a iniciativa privada já cobra pedágio, mas a duplicação das rodovias não foi concluída.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Receita quer reforma que acabe com distorções do sistema de impostos

Em audiência, secretário da Receita Federal concordou com especialistas que disseram que falhas no regime tributário prejudicam crescimento do país

OS PARTICIPANTES DA audiência pública realizada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) concordaram num ponto: o sistema tributário nacional é disfuncional e precisa ser revisto. Até mesmo o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, apontou “assimetrias e fragmentação do sistema”, o qual, segundo ele, necessita de correções.

O professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) José Roberto Afonso afirmou que o atual sistema foi “consistente, moderno e ousado” em 1965. Com as mudanças na economia e na sociedade, agora é essencial taxar aquilo que não se capta com variáveis físicas, mas que representa valor, como o capital intelectual, disse o professor, referindo-se a empresas de tecnologia e entretenimento.

O secretário da Receita apontou como uma das assimetrias a proliferação de sistemáticas diferentes na apuração de tributos, por meio de isenções, reduções de alíquotas e créditos presumidos. A criação de diversos regimes, com diferentes favorecidos, segundo Rachid, propicia a migração artificial de grupos de contribuintes que se beneficiam ao sair da regra geral para regras específicas menos onerosas.

Dívidas parceladas

Rachid apontou outro problema: a expectativa para a abertura de parcelamentos de dívidas tributárias, o que influencia negativamente a arrecadação. Uma dos sintomas disso é que, entre as empresas que optaram pelo parcelamento reaberto em 2013, mais de dois terços já haviam aderido ao parcelamento de 2009.

Outra distorção apontada por Rachid é o peso da tributação sobre bens e serviços (o Brasil só ganha da Hungria entre os países da Organização para Co-



Jorge Rachid, Tasso Jereissati, Bernard Appy e José Roberto Afonso durante audiência sobre o sistema tributário nacional

operação e Desenvolvimento Econômico), em detrimento de lucro, renda e ganho de capital, em que o Brasil é o último no ranking.

Produtividade

O ponto de vista de Rachid coincide com Bernard Appy, economista do Centro de Cidadania Fiscal e ex-secretário da Receita Federal, que considerou as distorções na tributação de bens e serviços a agenda mais importante para o aumento da produtividade.

Os três participantes da audiência pública na CAE só discordaram quanto ao ritmo das mudanças. Appy registrou que há um “quase consenso” sobre a necessidade de migrar para um modelo do tipo Imposto sobre Valor Agregado (IVA) e disse que mudanças pontuais são positivas, mas resolvem apenas parte do problema, com um custo político tão elevado quanto o de uma reforma ampla.

Para José Roberto Afonso, o governo poderia transformar as mudanças no PIS-Pasep — contribuição com base abrangente — em “laboratório” para testar o IVA nacional. O professor do IDP sugeriu a criação de um novo modelo de tributação a partir dessa experiência.

Rachid defendeu ajustes graduais na tributação, num processo com medidas de curto, médio e longo prazos, “sabendo aonde queremos chegar”. O secretário defendeu um processo de transição.

Os senadores Cidinho Santos

(PR-MT) e Pedro Chaves (PSC-MS) citaram dificuldades federativas como obstáculos para implementar a proposta de um IVA nacional em substituição ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e outros tributos.

Cidinho disse que dificulta essa reforma a quebra de confiança no governo federal com a ausência de compensação aos estados exportadores, que perderam parte da arrecadação do ICMS.

Appy considerou possível resolver o problema com um modelo “bem desenhado” e colocou-se à disposição dos senadores para discutir uma proposta elaborada pelo Centro de Cidadania Fiscal.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que o Brasil e a Estônia são os únicos países que não tributam o lucro distribuído pelas empresas a seus sócios. Ela perguntou se, em vez de fazer as reformas trabalhista e previdenciária, o governo não deveria primeiramente fazer uma reforma tributária.

Previdência

Em resposta, Appy afirmou que, se estivesse no governo, daria prioridade à reforma da Previdência. Após afirmar que o Brasil não cobra imposto na distribuição do lucro, mas tributa fortemente o resultado da empresa, o economista sugeriu cautela quanto à ideia. Tributação alta do resultado da empresa e do lucro do acionista, na avaliação de Appy, poderia tornar o Brasil

pouco competitivo.

O senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) atribuiu a “uma coleção de equívocos” o mergulho do país no que chamou de “um verdadeiro filme de terror”. Coordenador do grupo de trabalho da CAE responsável pela análise da funcionalidade do sistema tributário, Ferraço afirmou que esse sistema “é obsoleto, complexo, regressivo, anticompetitivo e antiemprego e produz desequilíbrio federativo”.

Imposto de Renda

O senador José Serra (PSDB-SP) afirmou que não é possível o Brasil ter a maior carga tributária sobre os salários no mundo. Também considerou inadmissível a guerra fiscal e disse que nem dá para imaginar um país crescendo com essa tributação tão elevada sobre o investimento.

— O custo Brasil é grave, decorrente não só de tributos elevados, mas do custo financeiro e da infraestrutura inadequada. Temos 1% do PIB devido à administração tributária. Quanto se gasta para administrar impostos hoje? É uma fortuna. Tenho certeza de que somos recordistas — avaliou.

A audiência pública durou mais de quatro horas e foi presidida pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE). O debate foi uma providência da CAE para cumprir o dispositivo da Constituição que determina ao Senado avaliação periódica da funcionalidade do sistema tributário nacional.

O Cade tem competência de prevenir e reprimir as infrações contra a ordem econômica, de acordo com o que diz a Constituição federal a respeito de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico.

Paim diz que reforma da Previdência não passará na Câmara

Paulo Paim (PT-RS) disse acreditar que a reforma da Previdência será rejeitada na Câmara. Para ele, o parlamentar que votar pela aprovação da proposta estará votando contra o povo.

Ele afirmou que a CPI da Previdência comprovará que os banqueiros são os grandes devedores da Previdência e considerou injusto os mais vulneráveis serem os mais atingidos com a reforma.

— Não é justo que os grandes devedores sejam inocentados e aqueles que pagaram a vida toda, os trabalhadores, sejam chamados a pagar de novo e não se aposentar.

O senador disse que 95% dos brasileiros são contrários à reforma.

Garibaldi pede ação contra violência no Rio Grande do Norte

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse ontem que a violência tomou conta do Rio



Grande do Norte, ao relatar assaltos a agências bancárias, homicídios e outros crimes recentes registrados na capital e no interior do estado, com 865 assassinatos notificados de janeiro ao início de maio deste ano. Disse que o governo estadual não tem recursos para fazer frente ao crime organizado e ressaltou que o efetivo da Polícia Militar permaneceu o mesmo nos últimos anos. Para ele, o Plano Nacional de Segurança precisa sair do papel.

Muniz cobra incentivos para expansão do saneamento básico

Roberto Muniz (PP-BA) cobrou mais incentivo do governo à expansão do saneamento básico por meio das parcerias público-privadas. Na avaliação do senador, os investimentos em saneamento devem ser tratados com prioridade, pois cada R\$ 1.000 aplicados no setor geram R\$ 1.700 de retorno em longo prazo.

Ele salientou que os estados e municípios devem levar isso em conta num cenário de situação financeira delicada, mas disse temer que recursos do saneamento sejam aplicados em áreas diferentes.



Comissão deve sabatar indicados para o Cade na próxima semana

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) concedeu ontem vista coletiva dos relatórios que analisam a indicação de Alexandre Barreto de Souza para o cargo de presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça, e de Maurício Oscar Bandeira Maia para conselheiro do Cade.

Os indicados devem ser sabatinados na próxima semana e, se aprovados, serão submetidos ao Plenário.

Se receberem sinal verde do Senado, exercerão os cargos por mandatos de quatro anos. Souza é bacharel em administração, com especialização e mestrado em administração pública. Foi analista da Receita

Federal entre 1998 e 2000, antes de ser auditor de controle externo do Tribunal de Contas da União (TCU).

Maia é formado em administração e especializado em direito e processo do trabalho. Ocupou vários cargos públicos e desde 2012 é assessor da subprocuradoria-geral do Ministério Público junto ao TCU.

Debate aponta papel do Simples para comércio

Participantes de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos disseram que o regime tributário diferenciado é fundamental na geração de empregos no país

O SIMPLES NACIONAL trouxe um impacto positivo na arrecadação e contribuiu para a melhoria da competitividade do comércio, disse ontem o presidente da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL), Honório Pinheiro, em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A participação do varejo no produto interno bruto (PIB) é de 22,3% e o Simples concentra 95% das empresas do setor, que apresenta um crescimento médio anual de 6,6%, disse Pinheiro. Ele defendeu o aprimoramento permanente das regras tributárias voltadas às pequenas e médias empresas.

— Trabalhar contra o Simples é trabalhar contra o Brasil. As empresas adeptas do Simples vivem mais. A tributação das pequenas empresas deve ser proporcional à capacidade econômica delas. Simplificar e atualizar a tributação sobre a renda é uma coisa óbvia. Precisamos ampliar e melhorar sempre algumas distorções que existem — afirmou.

O dirigente ressaltou que 65% dos setores do varejo e serviços participam do Simples, e que o sistema contribuiu para a redução dos custos e da informalidade. Ele refutou a tese de que o Simples atrapalha a arrecadação.

Segundo Pinheiro, o Brasil tem a vocação do comércio, e nove em cada dez pequenas empresas são optantes do Simples.

— A complexidade do sistema tributário desestimula. O Simples dobra a chance de sobrevivência dos pequenos negócios comparados aos que nascem fora do Simples. É uma oportunidade



Representantes dos dirigentes lojistas e dos setores da indústria e do comércio participaram de audiência pública presidida por José Pimentel (2º à esq.).

que se dá ao empreendedor brasileiro, e ele precisa dessa oportunidade. Temos o sistema tributário mais perverso do mundo. E precisa ser feita a capacitação de pessoas para enfrentar o desafio de empreender no Brasil — disse.

Lei mais moderna

Pinheiro cobrou o aprimoramento da legislação, como forma de favorecer o avanço da modernização em todos os setores, inclusive no comércio eletrônico.

— Se o Brasil não estiver bem construído para isso, o avanço da modernização trará mais dificuldades para a geração de emprego e a sustentabilidade das famílias. É preciso modernizar o Brasil, as relações de trabalho e construir crédito. Os bancos de desenvolvimento não conseguem emprestar dinheiro porque o comércio não é como os outros setores, não

temos oportunidade de trabalho com os recursos que existem — afirmou.

Vice-presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS), Luigi Nese avaliou que o Simples é “a maior revolução tributária feita no país”, dado o aumento da geração de emprego e a solidificação de um sistema de arrecadação “que deve ser incentivado e não destruído”.

— O setor de serviços representa 70% do PIB, e tem crescido ao longo desses anos, não só no Brasil. Isso é uma tendência mundial. O emprego não estará no campo nem na indústria, mas nos serviços e no comércio — afirmou.

Empregos formais

A participação dos serviços e do comércio no Simples é de 41% e de 48%, destacou Nese.

Ele ressaltou ainda que 53,3% dos empregos formais no Brasil são gerados

pelos serviços, e que 74% das empresas do setor apresentam faturamento de até R\$ 180 mil.

— O setor de serviços é hoje o que mais paga impostos. Temos carga tributária maior que o comércio e a indústria, ou seja, o maior empregador e maior participante do PIB tem também a maior carga tributária — disse.

O gerente-executivo de Política Industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), João Emílio Padovani Gonçalves, elogiou o Simples e disse que o sistema teve impacto positivo sobre as pequenas empresas industriais.

— O desafio da produtividade é geral, não só para a indústria. Temos desenvolvido programas para a absorção de novas tecnologias e o desenvolvimento de produtos inovadores. A CNI apoia o tratamento diferenciado dado às pequenas empresas, conforme previsão constitucional — concluiu.

Malta: ao criticar Moro, Lula busca esconder “lambanças” do PT

Magno Malta (PR-ES) criticou as declarações do ex-presidente Lula, que teria ameaçado prender os adversários quando voltar ao poder. O senador disse que Lula busca impedir a repercussão das “lambanças” do PT e de seus aliados.

Malta condenou a tentativa de Lula de gravar seu depoimento ao juiz Sérgio Moro, agendado para hoje. Ao declarar apoio à Lava Jato, o senador disse esperar que as manifestações em apoio ao ex-presidente ocorram em paz e avaliou que Moro não é adversário de Lula.



Ana Volpe/Agência Senado

Para Cristovam, debate de 2018 será pautado por luta entre gerações

Cristovam Buarque (PPS-DF) acredita que o debate eleitoral, no próximo ano, não será pautado por questões relacionadas à luta de classes, mas à luta entre gerações e de categorias profissionais.

Esse cenário começou a se desenhar a partir das decisões dos últimos governos, que não adotaram medidas pensando nas gerações futuras.

— A disputa de interesses corporativos não traz projeto nacional, traz, cada um dos grupos querendo puxar mais para si.



Ana Volpe/Agência Senado

Dário defende acúmulo de dados de internet por usuário de celular

Dário Berger (PMDB-SC) pediu apoio ao PLS 110/2017, de autoria dele, que muda o regulamento do uso de internet por celular. O texto garante que o consumidor acumule créditos de internet não usados para uso no mês seguinte. O senador chamou a atenção para a importância dos celulares como meio de acesso à internet, mas lamentou o desrespeito das empresas de telefonia. Ele sublinhou que grande quantidade de reclamações à Anatel se refere aos pacotes de dados.



Ana Volpe/Agência Senado

Lançamento de satélite vai aumentar acesso à internet, diz Chaves

O Satélite Geoestacionário Brasileiro de Defesa e Comunicações Estratégicas, lançado quinta-feira, deve ampliar a cobertura da internet banda larga nas regiões de difícil acesso, observou ontem Pedro Chaves (PSC-MS).

Para o senador, não é exagero afirmar que o novo satélite representa uma das maiores conquistas do povo brasileiro no setor de tecnologia.

Segundo ele, o satélite possibilitará um reforço na segurança, já que será usado para vigiar fronteiras.



Waldemir Barreto/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Silvio Burle
Serviço de Arte: Bruno Bazílio
Coordenador de Edição: Mikhail Lopes
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Reforma da Previdência é essencial, diz relatório

Instituição Fiscal Independente avalia que governo não pode abdicar de mudar regras da aposentadoria para conseguir arcar com teto de gastos, embora só isso não seja suficiente

SEM A REFORMA da Previdência, o governo não conseguirá cumprir o teto de gastos públicos determinado pela Emenda Constitucional 95. A constatação está no relatório de maio divulgado ontem pela Instituição Fiscal Independente (IFI), do Senado.

Segundo o texto, o governo precisa tomar outras ações para garantir um cenário mais favorável, como a contenção de gastos com pagamento de servidores públicos e a revisão de contratos.

— Tem muita despesa que dá, sim, para cortar. Por exemplo, renegociando contratos e combatendo o sobrepreço. A Prefeitura de São Paulo conseguiu em cinco meses redução de 17% no valor global dos contratos, chamando cada fornecedor para renegociar os valores — disse o diretor-executivo da IFI, Felipe Salto.

Segundo o documento, se a reforma for aprovada com outros atos de gestão implementados pelo Poder Executivo, o teto de gastos poderia



Felipe Salto, diretor da IFI, apresenta relatório de maio do órgão do Senado que faz estudos sobre a política econômica

estar garantido até 2025.

— A reforma é condição essencial, mas não o suficiente. O jogo da Emenda 95 tem dois tempos. No fim do primeiro tempo, que dura dez anos, há possibilidade de revisão da regra, pois as condições econômicas podem estar diferentes. O peso positivo da reforma no segundo tempo do jogo será maior porque o ganho obtido com as mudanças

na Previdência é crescente ao longo do tempo — avaliou ele.

Mesmo que haja mudança na proposta em tramitação na Câmara, o importante, segundo Salto, é manter as regras relativas a idade mínima para aposentadoria.

— A fixação da idade mínima é o essencial da proposta e, ser for preservada, mantém o ganho fiscal principal. As flexibilizações feitas pelo

Legislativo não terão efeito decisivo na projeção de despesa, desde que a idade mínima seja preservada, ainda que com diferenciação para homens e mulheres — afirmou.

PIB e cortes

A análise da Instituição Fiscal deste mês mantém a projeção de crescimento lento do Produto Interno Bruto (PIB). A projeção para 2017

continua sendo de 0,46%. Já o emprego deve registrar queda de 1% este ano.

Segundo os técnicos da IFI, o corte de R\$ 42 bilhões previsto pelo governo neste ano no orçamento é factível, embora seja de difícil implementação e comprometa os gastos sociais.

O relatório analisou contingenciamentos de outros períodos. Para 2017, representa um corte de 0,6% do PIB, dentro da média histórica dos últimos anos, que tem ficado entre 0,4% e 0,8% do PIB, com exceção de 2015, quando a contenção foi de 1,2% do PIB.

— Não é um número impossível de cumprir. A promessa do governo de cortar R\$ 42 bilhões é factível. A política fiscal parece estar entrando nos trilhos, e desta vez os anúncios soam como críveis — avaliou.

A IFI, criada em novembro de 2016, produz estudos sobre política econômica, que auxiliam a atividade parlamentar e ajudam a manter a sociedade informada sobre as ações do governo.

Último indicado para a Instituição Fiscal será sabatinado hoje

A Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle (CTFC) sabatina hoje, às 9h, Rodrigo Octávio Orair, indicado para ocupar o cargo de diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI). O economista é candidato à última diretoria vaga da instituição.

Orair é servidor de carreira do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) desde 2009. É especialista em ma-

croeconomia e política fiscal e autor de diversos estudos sobre finanças públicas nos níveis central e subnacional.

O indicado é graduado em ciências econômicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestre em Teoria Econômica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp-SP).

Em seu relatório, Gleisi Hoffmann (PT-PR) ressaltou

que é imprescindível que o conselho diretor da IFI tenha pessoas com ideias diferentes para enriquecer a tomada de decisões.

A senadora observou ainda que Rodrigo não atuou nos últimos cinco anos em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras e não possui parentes que exerçam

atividades vinculadas à sua atual atividade profissional.

A IFI foi criada em novembro de 2016 e é um órgão do Senado responsável por divulgar as estimativas para cenários fiscais e orçamentários e por analisar e mensurar eventos e variáveis fiscais do país.

O conselho diretor da IFI é composto por três membros. O diretor-executivo, Felipe Salto, foi indicado pelo então

presidente do Senado, Renan Calheiros, e o outro diretor, Gabriel Leal de Barros, assumiu o cargo por indicação da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Orair, indicado pela CTFC, após ser sabatinado pela comissão, terá a indicação submetida ao Plenário.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Vanessa rejeita gestão Temer, que completa um ano em 12 de maio

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembrou que em 12 de maio Michel Temer completará um ano à frente da Presidência da República.

Segundo ela, as promessas dele e dos apoiadores do impeachment de Dilma Rousseff, como a geração de emprego e

a melhoria dos investimentos, não se concretizaram.

Vanessa disse que não consegue imaginar o que o governo vai divulgar sobre o que foi feito nesse período, já que houve aumento do desemprego, da dívida e do déficit público.

Airton Sandoval pede união do PMDB em torno das reformas

Airton Sandoval (PMDB-SP) defendeu a unidade do seu partido para que as reformas propostas pelo presidente Michel Temer sejam aprovadas.

— Promover a discórdia, agir isolada e egoisticamente, não



Waldemir Barreto/Agência Senado

consultar pares e diretórios, e, sobretudo, criticar, sem nada propor, bem mais do que tumultuar o ambiente social, esses gestos só servem a um resultado: agravar a crise política. O Brasil precisa de um PMDB unido.

Fátima Bezerra manifesta apoio a Lula e critica pedido de Sérgio Moro

Fátima Bezerra (PT-RN) criticou ontem o juiz federal Sérgio Moro por ter divulgado um vídeo pedindo

aos que apoiam a Operação Lava Jato que não façam manifestações nas ruas de Curitiba durante o depoimento. Para Fátima,



Waldemir Barreto/Agência Senado

Sérgio Moro está deixando a toga de lado e agindo como “líder de torcida”. — Lula será recebido por milhares de militantes de todos os recantos do Brasil que confiam na honestidade do ex-presidente.

Ana Amélia elogia decisão de juiz que manteve interrogatório de Lula

Ana Amélia (PP-RS) elogiou o juiz Nivaldo Bruno, do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, por



Waldemir Barreto/Agência Senado

sempre à disposição da Justiça. — Nós temos que acabar com essa vitimização. A pessoa tem uma denúncia grave, precisa prestar contas à Justiça. Não é só o pobre, o negro, o ladrão de galinha que vão para cadeia.

Segundo Cidinho, críticos da reforma trabalhista agem com maldade

Cidinho Santos (PR-MT) disse que vê “desinformação e maldade” em parlamentares que usam a tribuna do Senado para falar contra a reforma trabalhista. Ele discorda dos que afirmam que a proposta tirará direitos dos traba-



Ano Voipe/Agência Senado

lhadores. Segundo o senador, se a relação entre empregado e empregador não for mudada agora, haverá maior desemprego, inclusive devido à necessidade de substituição da mão de obra humana por máquinas.

Fim de foro privilegiado é exigência da sociedade, afirma Alvaro Dias

Alvaro Dias (PV-PR) disse que o fim do foro privilegiado para autoridades é uma exigência da população e conta com o apoio de ministros do Supremo. Ele ressaltou que os tribunais superiores, onde são julgados parlamentares,



Ano Voipe/Agência Senado

ministros e governadores, entre outros, não têm estrutura para dar agilidade aos processos. Em 11 anos, informou, só quatro autoridades foram condenadas pelo Supremo. — O que ocorre é a impunidade — disse.

Texto atualiza a Convenção 29 da Organização Internacional do Trabalho e versa sobre a prevenção do trabalho análogo à escravidão por empresas e governos

Evento pede que Brasil assine protocolo da OIT

FOI LANÇADA ONTEM em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH) a campanha para que o Brasil ratifique o protocolo que atualiza a Convenção 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata do combate à escravidão moderna.

Aprovada em 1930, a Convenção sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório preconiza a abolição desse tipo de crime em todo o planeta e o protocolo atualiza o texto, tratando de práticas modernas de trabalho forçado, como o tráfico de pessoas.

A presidente da CDH, Regina Sousa (PT-PI), informou que a comissão está fiscalizando o andamento do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo do governo federal. Ela disse que, atualmente, segundo a OIT, são mais de 21 milhões de pessoas em todo o mundo submetidas à escravidão moderna ou trabalhando em situações análogas à escravidão.

Na audiência foi divulgada a página na internet da campanha “50 For Freedom – pela liberdade”, da OIT, que busca o apoio da população mundial para que pelo menos 50 nações assinem o protocolo até o final de 2018. Até agora, apenas 13 países já assinaram.

O especialista da OIT Houtan Homayounpour disse que a escravidão moderna é um problema que atinge praticamente todos os países e movimenta US\$ 150 bilhões anualmente. Ele



Senadora Regina Sousa conduz o debate com Ronaldo Fleury, Elias Borges e Houtan Homayounpour

informou que o protocolo privilegia o papel preventivo que governos, empresas e cidadãos podem exercer contra a prática. Ele disse que mais de 17 mil pessoas já assinaram o abaixo-assinado na página da campanha.

A secretária especial de Direitos Humanos do governo federal, Flávia Piovesan, disse que é um direito humano universal não ser submetido a trabalhos forçados e que a Constituição brasileira proíbe enfaticamente todo e qualquer tratamento desumano ou degradante. Ela garantiu que o governo federal tem compromisso com a erradicação do trabalho escravo.

— É absolutamente inaceitável a persistência do trabalho forçado, essa prática é inconciliável com o estado democrático de direito.

A audiência pública na CDH contou

com o depoimento do cidadão Rafael Ferreira, 24 anos, que começou a trabalhar aos 12 anos em uma fazenda para complementar a renda familiar e ganhava R\$ 5,00 por dia de trabalho. Lembrou que dormia em barracos de lona, “no meio do mato, com frio e chuva”, bebia água de um córrego, não tinha banheiro e nunca podia largar a ocupação, pois estava sempre devendo a seus patrões. Em 2008, aos 17 anos, Rafael foi resgatado por uma equipe do governo federal.

Por sua vez, a secretária de Inspeção do Ministério do Trabalho, Maria Teixeira Pacheco, lembrou que, em 1995, o Brasil reconheceu que ainda existia trabalho escravo no país, algo que muitas nações não fizeram até hoje. A partir de então, disse a secretária, o Brasil começou a adotar práticas e

medidas concretas e efetivas contra tal prática.

O ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Lélcio Bentes, membro do Comitê de Peritos da OIT, afirmou que o trabalho escravo é “uma chaga que insiste em macular a nossa história e de muitos outros países”.

Já o procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury, disse que o Brasil é referência mundial no combate a esses tipos de práticas e tem legislação moderna sobre o tema.

Também participaram do evento o presidente da ONG Repórter Brasil, Leonardo Sakamoto; o coordenador do Programa da OIT-Brasil de Combate ao Trabalho Forçado, Antonio Mello; o presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Feliciano; o secretário de Política Agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Elias Borges; o diretor-executivo da Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVText), Edmundo Lima; e a diretora-executiva do Instituto Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (InPacto), Mércia Silva, além do presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, o deputado Paulão (PT-AL).

Os senadores Paulo Paim (PT-RS), Paulo Rocha (PT-PA) e Fátima Bezerra (PT-RN) também participaram do evento.

Avança MP que cria duas taxas para Zona Franca

A comissão mista responsável por analisar a medida provisória que cria duas novas taxas em favor da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) aprovou ontem o relatório da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). A MP 757/2016 segue, agora, para exame do Plenário da Câmara dos Deputados.

As novas taxas administrativas têm objetivo de deter os prejuízos causados pela suspensão da Taxa de Serviços Administrativos cobrada na Zona Franca de Manaus. A suspensão foi considerada ilegal pelo Supremo Tribunal Federal e substituída, na MP, pelas Taxa de Controle Administrativo de Incentivos Fiscais (TCIF) e Taxa de Serviços (TS).

As novas taxas são destinadas ao controle de incentivos fiscais no ingresso de mercadorias estrangeiras e nacionais na área da Suframa, no caso da TCIF, e à prestação de serviços como cadastro, armazenagem e movimentação de cargas, no caso da TS.

Ficarão isentos da TCIF microempresas, vendas de livros e jornais, equipamentos médico-hospitalares, dispositivo de tecnologia assistiva para pessoas com deficiência e mercadorias da cesta básica comercializada em Manaus,



Vanessa apresenta relatório sobre a MP, aprovado pela comissão mista ontem

nas zonas de livre comércio e na Amazônia Ocidental. Também serão isentos a União, os estados da Amazônia Ocidental e o Amapá.

Indústria e comércio

De acordo com a MP, haverá diferença na cobrança da TCIF para a indústria e o comércio. Para a indústria, será cobrado o valor fixo de R\$ 250 pelo Pedido de Licenciamento de Importação (PLI) ou por cada nota fiscal incluída em registro de Protocolo de Ingresso de Mercadorias (PIM). Também serão cobrados R\$ 45 para cada mercadoria constante do PLI ou de cada nota fiscal incluída em registro de PIM.

Já no comércio, o valor da TCIF será de R\$ 200, limitado a 0,5% do valor total das mercadorias. O adicional de

cada item constante na nota será de R\$ 30, limitado a 0,5% do valor da mercadoria.

Para Vanessa, a MP fortalece o modelo de zona franca, de modo a garantir investimentos e desenvolvimento regional. A medida, disse, pretende fazer justiça fiscal, preservando o comércio e a indústria da região e, consequentemente, os empregos.

— A medida provisória original ajudou muito o setor industrial porque caíram muito os custos, mas, em contrapartida, onerou o comércio. Depois de muita conversa e estudo encontrou-se uma saída para que a Suframa não fosse prejudicada na arrecadação, mas que o comércio também fosse desonerado.

A senadora acolheu emendas de Eduardo Braga (PMDB-AM).

Apresentação de emenda adia última discussão da PEC do foro privilegiado

Uma emenda apresentada por Roberto Rocha (PSB-MA) em Plenário adiou em uma sessão a discussão da PEC 10/2013, que acaba com o foro especial por prerrogativa de função e já foi aprovada em primeiro turno. A emenda propõe criação de varas especializadas para julgamento de autoridades em crimes comuns.

Randolfe Rodrigues (Rede-AP), que é relator da PEC, apresentou em Plenário uma questão de ordem pedindo a rejeição imediata da emenda, uma vez que ela altera o mérito da proposta. Ele citou artigos do Regimento Interno que determinam que, durante a

discussão em segundo turno de uma PEC, apenas emendas de redação são permitidas.

Rocha disse que a emenda trata do foro ordinário (que poderia ser Justiça estadual ou federal, pelo texto original) e que ele busca corrigir a omissão ou contradição do texto.

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, acatou a questão de ordem de Randolfe, negando o recebimento da emenda, mas Rocha recorreu da decisão. O recurso foi encaminhado ao exame da CCJ, que vai deliberar sobre a possibilidade de ser apresentado em Plenário. A CCJ pode se manifestar sobre a questão ainda hoje.

Simple Municipal está pronto para ser votado em primeiro turno

O Plenário realizou ontem a quinta e última sessão de discussão em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição 77/2015, que cria o Simple Municipal. A PEC de Antonio Anastasia (PSDB-MG) pode ser votada hoje. O seu objetivo é garantir tratamento diferenciado para os pequenos municípios, facilitando o acesso a mais recursos e simplificando a prestação de contas.

Também está pronta para ser

votada hoje em primeiro turno a PEC 103/2015, de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), que permite ao Congresso entrar em recesso mesmo sem a aprovação da LDO.

A PEC 2/2017 do presidente do Senado, Eunício Oliveira, passou pela segunda sessão de discussão em primeiro turno. Ela estabelece os tribunais de contas como órgãos permanentes e essenciais ao controle externo da administração pública.